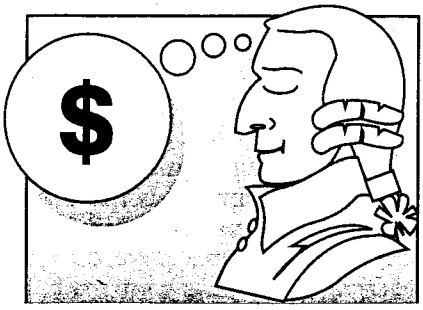
REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO, V. 2, N. 4, P. 189-199, DEZ. 1995




# Ação Econômica e Ordem Social na Economia Política Clássica*

ANDRÉA CAMPOS GOMES FERNANDES**

**RESUMO** Este trabalho é uma síntese de minha dissertação de mestrado, que trata dos conceitos de ordem social e organização econômica na obra de Adam Smith e analisa como ele estabeleceu uma forma de representação da realidade econômica vigente até o final do século passado. A atitude metodológica que permeia sua obra difere da postura dedutiva do filósofo racionalista, como ele nos é geralmente apresentado. Smith entende a explicação científica sob uma ótica anticartesiana, isto é, que pretende estabelecer correlações entre alguns aspectos da realidade em lugar de descobrir a essência da realidade analisada. Assim, de certa forma, a preocupação com estes problemas vem sendo, até hoje, o ponto central da teoria econômica. Portanto, as lições da Economia Política Clássica continuam a ser muito esclarecedoras.

***ABSTRACT*** *This article is a summary of my master's thesis. It addresses the concepts of social order and economic organization according to Adam Smith, and examines how he developed a method to represent the economic order in force prior to the turn of the century. The methodological approach permeating his body of work is not consistent with the deductive posture adopted by a rationalist philosopher, as he is generally described. Smith addresses the scientific rationale from an anti-Cartesian angle, i.e., he establishes correlations among some aspects of reality rather than unveiling the essence of the reality analyzed. In a certain sense, therefore, the focus to date has been on those issues as the core of all economic theory. Thus the lessons from Classic Economic Theory remain quite enlightening.*

* *Este artigo apresenta um resumo da dissertação de mestrado da autora, apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, e que obteve o 2º lugar no 19º Prêmio BNDES de Economia (1995).*

** *Economista e professora da Universidade de Brasília.*

# 1. Introdução

*Economia* é um constructo teórico. Não existe algo como a *economia* até o momento em que os homens desenvolvam um conceito que designe um conjunto de atividades, via de regra, completamente diluídas em outros aspectos da vida social. O conceito de economia deve designar aspectos específicos do que concretamente são ações humanas com múltiplos significados. Em outras palavras, o que podemos observar concretamente são homens vivendo em sociedade; se uma ciência social especializada pretende estudar um ou alguns aspectos da vida social (e não *todos*), terá de realizar um corte dessa realidade de modo a construir o seu objeto de análise.

Evidências históricas e etnográficas sugerem que até à sociedade ocidental moderna não existia nenhum termo específico para designar o *econômico* ou a *economia*, quanto mais um discurso teórico coerente sobre esse objeto. Embora os homens obviamente sempre tenham encontrado formas de organizar a produção material, as sociedades tradicionais não dispunham de uma terminologia específica para designá-la enquanto esfera distinta e destacável das outras instâncias sociais.

A razão da ausência de um conceito de economia é a dificuldade de identificá-la naquelas situações em que as ações econômicas têm basicamente motivações não-econômicas (parentesco, religião, coerção física etc.). A ferramenta conceitual para dar conta da transição de um estado de anonimato para o de uma existência separada, incluindo a criação de uma disciplina científica autônoma, é a distinção entre "economia incrustada" (*embedded economy*) e "economia desincrustada" (*disembedded economy*). Esta distinção só pode ser plenamente compreendida se tratamos a economia de uma maneira tal que sejamos capazes de enxergar nas sociedades tradicionais aspectos mais ou menos correspondentes aos aspectos econômicos, os quais, a rigor, deveríamos denominar "quase econômicos" ou "potencialmente econômicos".

Além dessa condição objetiva (a transição de uma economia incrustada para uma economia desincrustada, através do desenvolvimento dos sistemas de mercado), outra eminentemente teórica teve de ser satisfeita para a elaboração do conceito de economia, como ponto de partida para a economia política clássica no século XVIII:

a) para servir como base de um discurso coerente, o objeto da nova disciplina teria de ser intrinsecamente consistente, do contrário a ordem teria de ser buscada fora do quadro de análise; e

b) esta coerência deveria de algum modo estar voltada para o bem dos homens, senão mais uma vez não haveria como escapar à intervenção de outras instâncias, sobretudo do Estado, do domínio político.

A metáfora da mão-invisível smithiana encerra a satisfação destas duas condições. O que explica o êxito de Smith? Por que outros antes dele não tiveram o mesmo sucesso?

## 2. O Desenvolvimento do Conceito de Economia: Primeira Condição

O papel decisivo desempenhado por *A Riqueza das Nações* não se explica propriamente pela descoberta de novos temas – trabalho, capital, renda, lucro, por exemplo, já haviam sido exaustivamente discutidos –, mas por uma nova disposição do conhecimento.

A inovação fundamental proporcionada por Smith se deve a uma estratégia discursiva que organiza o conteúdo temático em sistemas axiomáticos que partem não de categorias ontológicas, mas de princípios epistemológicos, cuja função é fornecer correlações plausíveis entre os eventos. Isto é, não se trata de revelar a essência metafísica dos fatos econômicos, mas tão-somente de conectá-los em cadeias causais que pelo menos provisoriamente sejam capazes de torná-los inteligíveis.

No lugar do *modus essendi* dos fenômenos, Smith coloca o seu *modus operandi*. O que importa não é o que as coisas são, mas como elas se comportam. Por exemplo, mais do que se perguntar em que consiste a riqueza, o produto da nação, a renda, o preço etc., ele procura estabelecer uma correlação positiva entre riqueza e capacidade produtiva do trabalho, entre divisão do trabalho e propensão para a troca, entre valor e a ação auto-interessada dos indivíduos.

Isto é possível porque Smith tem uma concepção muito própria da ciência e dos sistemas teóricos, que podemos conhecer por meio de duas obras anteriores à *A Riqueza das Nações*, intituladas *Dos Sentidos Externos* e *A História da Astronomia*. Nesta última, aprendemos que, para Smith, a filosofia (diríamos, hoje, a ciência) é basicamente a arte de conectar fenômenos. Ela não advém da necessidade de controlar a natureza, nem de descobrir coisas úteis, mas da necessidade de apaziguar o espírito. Um certo

desconforto psicológico, causado pela confusão ou embaraço da mente, quando perturbada por eventos inesperados ou desconhecidos, levaria o homem à busca do conhecimento. O ponto de partida da ciência são, portanto, o espanto e a surpresa.

Diante de um objeto novo e desconhecido, tentamos classificá-lo em termos de outros objetos já conhecidos, observando qualidades que lhe sejam comuns. Similarmente, uma sucessão de objetos parece de algum modo irregular quando aparentemente há um intervalo entre os fenômenos. Neste caso, a mente, diante desta sensação de desconforto, recorre à imaginação para preencher a lacuna, para explicar que eventos estão faltando na cadeia de acontecimentos. A sensação de espanto é, então, eliminada por meio da ordenação apropriada dos fenômenos, por meio de uma explicação plausível que ligue os diferentes objetos, à primeira vista desconexos.

Além disso, em *Dos Sentidos Externos*, aprendemos ainda que Smith não acredita na existência de idéias inatas, nem que se possa explicar os fenômenos simplesmente deduzindo verdades absolutas a partir de determinados axiomas fundamentais. Como não aceita a validade de princípios últimos, Smith vê na indução, a partir da experiência observada, a única fonte de conhecimento possível e é fortemente cético sobre a possibilidade de se chegar à verdadeira natureza dos fenômenos. Daí a importância que atribui ao recurso às associações habituais, ao que chama "hábitos da imaginação".

Hábitos mentais determinados pelos costumes ajudam a organizar as sensações experimentadas e as regularidades observadas. Para Smith, estes hábitos mentais variam em cada comunidade. Eles não estão fixados universalmente. Ao contrário, em cada contexto social serão determinados pela base material da sociedade e fixados nos indivíduos por meio de um vigoroso processo de socialização na família, na igreja, na escola, no ambiente profissional etc. O recurso a tais associações habituais torna possível inferir o futuro das regularidades observadas no passado, sem que seja necessário apelar para idéias inatas ou revelações divinas.

A ênfase nos "hábitos da imaginação" em diversos trechos de *A História da Astronomia* permite antever toda a influência do filósofo escocês David Hume na obra de Smith. Se há alguma dúvida sobre esta influência em *Dos Sentidos Externos*, que é uma obra de juventude sobre a origem do conhecimento com um forte acento empirista, no tratado sobre astronomia a compreensão smithiana do método científico aparece profundamente marcada pelas idéias de Hume. Ao descrever como a imaginação preenche os vazios supondo eventos intermediários na cadeia de fenômenos, Smith está

claramente fazendo uso de uma seção do *Tratado sobre a Natureza Humana*, intitulada "Do Ceticismo em Relação aos Sentidos Externos".

Existe ainda um outro aspecto na compreensão smithiana do método científico em que a influência de Hume é marcante. Trata-se do chamado *princípio da analogia*. Todo sistema teórico deve ser capaz de explicar de forma coerente a relação entre uma vasta gama de fenômenos, a partir de um princípio ou lei universal que seja razoavelmente familiar às pessoas, que seja aceitável aos "hábitos da imaginação". Smith observa que tal princípio é, em geral, tomado de uma outra arte ou ciência e adaptado para servir como eixo principal de outra disciplina. Em um processo de fertilização cruzada, cada ciência toma emprestadas hipóteses ou princípios que já demonstraram sua proficuidade em outros ramos do conhecimento.

Dito de outra maneira, quando se apresenta à mente um novo conjunto de fenômenos estranhos, inesperados e desconexos, uma nova "máquina imaginária" tem de ser construída. Nesta operação, uma "máquina" já conhecida serve de modelo ou de exemplo.

Como se sabe, Smith vai buscar no princípio newtoniano da atração dos corpos uma das principais analogias que estruturam seus próprios sistemas teóricos. Para Smith, como aliás para grande parte dos filósofos de sua época, o mais bem-sucedido empreendimento científico até então – a mecânica newtoniana – deveria servir como modelo de investigação para a construção de outros sistemas teóricos.

A atitude newtoniana, compartilhada por Smith, consiste em induzir as leis do movimento a partir dos dados observados. Esta estratégia cognitiva se opõe ao que poderíamos chamar de atitude cartesiana, que consiste em deduzir o movimento de princípios abstratos ou axiomas. O sistema cartesiano é essencialmente dedutivo, derivado de uma idéia de ciência racionalista, em que os princípios ou axiomas são tomados como essencialmente verdadeiros. No sistema newtoniano, ao contrário, os princípios são elaborados para dar conta dos fenômenos, são hipóteses provisórias, que só funcionam se forem capazes de gerar boas predições. Em poucas palavras, para Smith, em um sistema teórico o *a priori* cartesiano deve ser substituído por hipóteses-conjecturas simples e familiares, fixadas a partir da observação e da experiência.

Em conseqüência, Smith está muito mais à vontade para escolher qualquer tipo de hipótese para construir seus sistemas teóricos. Estes princípios estruturadores não estão limitados pela obrigação de ter uma "existência real", de ter uma correspondência imediata ou inequívoca com a realidade.

Em oposição à atitude cartesiana, que caracteriza o "sistema de comércio" e o "sistema de agricultura", Smith propõe o "sistema de liberdade natural", em que os fenômenos econômicos se apresentam definidos a partir de elementos muito mais distantes da realidade imediata, das experiências do dia-a-dia. Tal como Newton, que se recusa a definir a natureza das forças, Smith recusa uma definição de riqueza em termos de objetos materiais (*bullion* ou bens agrícolas) e prefere uma alternativa que privilegia a ação humana, o *trabalho comandado*.

Tal como seus antecessores, Smith também quer investigar o que está por trás da riqueza das nações, mas o seu ponto de partida é completamente diverso, evitando a busca da essência das coisas e a descoberta de princípios últimos da realidade. E define a riqueza como "o trabalho anual de cada nação", o que é uma hipótese muito mais abstrata e muito menos presa à imediaticidade da linguagem cotidiana.

A influência de Newton, marcante tanto no plano metateórico – com a formulação de conceitos e de um modelo da realidade – quanto no plano metodológico – com a adoção dos *Principia* como paradigma de método científico –, possibilita a construção do domínio econômico como um domínio coerente. Mercado, preços, divisão do trabalho, acumulação de capital etc. passam a ser vistos como partes de um todo ordenado, como peças de um mecanismo complexo, mas extremamente eficiente.

## 3. O Desenvolvimento do Conceito de Economia: Segunda Condição

Para que a economia política se tornasse uma disciplina independente, legitimamente reconhecida no sistema de saber do século XVIII, a segunda condição teria ainda de ser satisfeita: a de que esse domínio teórico corresponderia a uma realidade relativamente independente, dotada de uma autonomia própria, não exigindo intervenção de outras instâncias, sobretudo da política.

Aqui entra em cena uma segunda analogia, igualmente recorrente na obra de Smith. Influenciado pela teologia natural, ele reelabora a distinção aristotélica entre *causas finais* e *causas eficientes*. Como bom empirista, Smith acreditava que a ciência deveria limitar-se a encontrar explicações para as causas eficientes; mas as causas finais reaparecem em suas obras transvestidas na idéia de uma natureza que age por meio dos homens.

Smith estabelece uma distinção crucial entre os propósitos da natureza e as intenções dos indivíduos. Através dos instintos, das paixões, a natureza age

por meio dos homens para atingir os seus próprios fins, sobretudo a auto-preservação e a propagação das espécies.

São os instintos e os apetites, e não a razão e a reflexão, que garantem resultados socialmente desejáveis, porém claramente espontâneos. O crescimento da população resulta não de um desejo racional de popular a nação, mas da "paixão que une os sexos". A estabilidade social resulta não de um contrato racional firmado entre os cidadãos, mas do desejo de merecer a admiração dos semelhantes. A continuidade política e a prevenção das revoluções não dependem da força, mas da simpatia que os ricos e poderosos angariam dos seus conterrâneos. Finalmente, na esfera econômica, a divisão do trabalho resulta de uma "propensão para a troca", e o bem-estar material é produto do auto-interesse, e não do cálculo racional.

Assim, para Smith, a utilidade e o bem-estar são, no fundo, subprodutos coletivos e não-intencionais dessas ações intencionais. Esse resultado final positivo das paixões individuais aparece porque existe algo que paira acima dos indivíduos: as leis da natureza.

Aqui se estabelece uma diferença fundamental e definitiva entre Smith e os filósofos políticos clássicos, sobretudo Hobbes e Locke. Na obra dos jus-naturalistas, a natureza é encarada de um ponto de vista estático, como uma fonte de leis. Ela não desempenha nenhum papel ativo na promoção do bem-estar da humanidade. O contrato social, que garante a passagem para a sociedade civil, é fruto da vontade e da deliberação dos homens, e não de alguma intenção oculta da natureza que paira acima deles e age por meio dos instintos. Uma vida segura e confortável é, em última instância, produto da razão humana e só pode ser conquistada quando se abandona o estado de natureza.

Em Smith, por outro lado, é a natureza que impulsiona o homem para um estado de prosperidade. Ela é a protagonista que substitui a vontade e a razão humana nesse papel. Daí se destacam duas conseqüências:

a) Primeiro, com Smith vai se firmando uma distinção fundamental entre a ação política e a ação econômica. Ambas resultam da deliberação e do cálculo racional. Ambas são teleológicas, no sentido de que estão orientadas para um determinado fim. Ambas partem do auto-interesse privado. Mas a segunda quase sempre traz um elemento de auto-engano (*self-deceit*, nas palavras de Smith). A ênfase se desloca da *intencionalidade* da ação racional auto-interessada, que conduz ao pacto social, para a *não-intencionalidade* dessa ação. Há uma dissociação entre *intenção* e *efeito* da ação social. Smith parece antever as dificuldades de tratar do resultado da ação coletiva quando

a tônica recai na intencionalidade dos agentes. O problema está em passar de uma racionalidade individual para uma racionalidade coletiva, sem cair no chamado "problema hobbesiano".

Como se sabe, Hobbes é o primeiro de uma longa série de autores a tratar da questão da ordem social de uma perspectiva racionalista, visando à construção de uma teoria racional do Estado. Na filosofia moral de Hobbes, a ordem social é explicada, exclusivamente, a partir das motivações humanas e das ações dos indivíduos. Estas ações são, por sua vez, orientadas por normas universais de conduta, estabelecidas pela razão. A razão é entendida como a capacidade de deduzir previsões a partir de certas premissas, com o intuito de escolher os meios mais eficientes para atingir os fins ditados pelas paixões. Entre estes meios estão a força e a fraude, a dominação dos semelhantes. O estado de guerra daí decorrente só é superado porque a própria razão leva os indivíduos a concluírem que a preservação da vida é um fim que se sobrepõe a qualquer outro. O contrato social e a submissão voluntária a uma autoridade despótica põem fim ao livre curso da violência e instituem a ordem social.

No entanto, a solução hobbesiana para o problema da ordem social não explica adequadamente a passagem da racionalidade individual para a racionalidade coletiva. Hobbes parece, implicitamente, expandir o conceito de razão ao explicar por que os indivíduos decidem abrir mão de seus interesses imediatos em favor do bem-estar coletivo. A razão, antes definida como vinculação maximizadora entre meios e fins em uma situação particular, aparece como antecipação do resultado global das ações de todos os indivíduos.

Smith consegue evitar o problema não apenas porque concebe a razão de um modo mais abrangente, mas, principalmente, porque prescinde da razão instrumental individual para explicar a ordem e o bem-estar coletivo.

b) A segunda conseqüência da idéia de uma natureza ativa e impregnada de uma finalidade supra-individual é que, se na esfera econômica os interesses individuais são demonstravelmente congruentes com os interesses coletivos, então não há necessidade de nenhuma intervenção de fora dessa esfera para garantir a ordem. A própria natureza se encarrega disso. A intervenção do Estado em assuntos econômicos é supérflua ou, no máximo, de importância secundária.

Esta autonomia da esfera econômica em relação à esfera política se converte, em termos teóricos, em uma divisão de espaço na filosofia moral: o espaço da política, que analisa as condições para a ordem deliberadamente cons-

truída, e o espaço da economia, que analisa as condições da ordem espontaneamente gerada. O discurso em torno da segunda consolida-se como perfeitamente legítimo.

## 4. A Economia Sociológica de Smith

O outro elemento supra-individual sempre presente na obra de Smith, e que também contribui de forma decisiva para a estabilidade social, é o mecanismo do espectador imparcial.

Segundo Smith, cada indivíduo sente prazer na descoberta de que seus motivos e sentimentos são idênticos ou congruentes com os dos outros membros da comunidade.

A este processo de identificação, à consciência de que os sentimentos são compartilhados, Smith dá o nome de *simpatia*. Chegamos a um julgamento moral sobre a propriedade de nossas ações ou das ações dos outros nos imaginando no lugar de um espectador imparcial ideal.

Este espectador não corresponde a nenhuma pessoa real. Ele vai, na verdade, sendo construído na mente do indivíduo por um processo contínuo de julgar e ser julgado. O mecanismo do espectador imparcial constitui-se em um conjunto de associações habituais de ações e reações, destiladas das atitudes dos espectadores reais.

Para Smith, portanto, a base da moralidade é a experiência e a indução. As normas sociais não podem ser reveladas, nem deduzidas, nem decididas por uma autoridade despótica.

Em resumo, o desejo do indivíduo de angariar a simpatia dos demais é a principal motivação para o agir social. O desejo de aprovação faz os homens se conformarem com as pressões socais. Embora, lembra Smith, a razão esteja presente no discernimento e na aprendizagem das regras sociais, a coesão resulta, no fundo, das paixões e não do cálculo racional. A utilidade é, como sempre, na obra de Smith, um resultado não planejado das ações individuais.

Por outro lado, a propriedade dos sentimentos que pauta as ações dos homens na sociedade é sempre relativa a uma determinada situação. A obra de Smith, como a de outros filósofos escoceses do mesmo período, é marcada por um forte determinismo econômico. Quando ele fala em situação, refere-se principalmente às condições de trabalho e aos elementos relacionados à produção material.

Isto nos remete a duas outras considerações relacionadas com *A Riqueza das Nações:* primeiro, como o caráter é moldado diretamente em função da profissão exercida por cada indivíduo na sociedade, a divisão do trabalho pode ser vista não apenas da perspectiva da produção e alocação de mercadorias, mas também do ponto de vista da produção de tipos diferentes de homens, com maneiras variadas e papéis sociais diversos; e, segundo, na sociedade comercial, a situação econômica tende a privilegiar uma motivação específica: o desejo de melhorar a própria condição, o qual advém da percepção de que a aquisição de riqueza e de poder tende a receber a aprovação do expectador imparcial.

O comportamento aquisitivo, do qual depende, em última análise, todo o processo de acumulação de capital, nada mais é, para Smith, do que mais um resultado da vontade de angariar a estima dos semelhantes.

Se, do ponto de vista econômico, a principal conseqüência é o crescimento da riqueza, do ponto de vista social a admiração pelos ricos e poderosos é o que garante a estabilidade e a continuidade da ordem jurídico-política. Mas esta motivação também disciplina os padrões de consumo, já que os agentes estão sempre buscando aqueles bens que conferem mais *status*.

No mundo smithiano, a escolha dos objetos de consumo é totalmente condicionada pelos hábitos da imaginação de cada sociedade e faz parte de um sistema social. Cada indivíduo sabe o que deve usar, como deve morar, o que deve comer, enfim, o que é apropriado para a sua condição social.

Logo, o objeto da economia não se esgota na idéia da escassez, já que a própria percepção da escassez é social, derivando, para Smith, de um desejo de adquirir aqueles símbolos que em cada sociedade estão associados ao prestígio e ao poder. Também não pode ser exclusivamente sobre o equilíbrio resultante do auto-interesse. Para um determinista econômico como Smith, a modificação do quadro econômico tende a gerar novos hábitos da imaginação, que orientarão a conduta em toda a sociedade. Assim, o crescimento econômico tende a modificar as instituições e as orientações normativas da sociedade. Em outras palavras, se há um equilíbrio na economia em um dado momento, esse equilíbrio visa engendrar os elementos de sua própria transformação.

A economia para Smith é, em certo sentido, "sociológica", porque a ação econômica não pode ser compreendida sem a referência às outras dimensões da ação social.

Por fim, mais do que ninguém, Smith conhece os limites do conceito do equilíbrio.

Na consolidação da economia política clássica, a analogia mecânica desempenhou um papel decisivo. Entretanto, as obras de Smith não nos deixam esquecer que a sociedade deve ser vista como um processo histórico dinâmico, submetido às ações transformadoras dos indivíduos. Novas máquinas imaginárias podem se tornar mais eficientes para compreender os comportamentos econômicos e os seus resultados.